

PATRIMÔNIO CULTURAL MONUMENTALIZADO: a experiência cultural dos homens é (i)material

Margarida do Amaral Silva/UCG

Abstract: This text will be representative of some reflections on the process of guard of the cultural “testimonies” of mankind, taking into account the complex system of representations that provide meaning (i) material to these legacies that - for their monumentality - are capable to evoke the past, (re) meaning it ‘at each human reading’. The cultural legacy, thus, associated to memory and for times grounded on the substance, will be the guideline of this paper, constructed in the core of a historical moment of deep ‘conceptive’ transformations, especially, the meaning of cultural legacy and its nature (i) materiality - tangible and intangible cultural guard of the identity and memory of the peoples - that supports the registers of the relations woven among human beings as producers/carriers of social signs. This way, therefore, I used theoretical-scientific references that guide the textual analyses under the light of anthropological and archaeological reflections, so that the legacy is glimpsed at, as well as its monumentality, for the reflexive legitimacy of its social-historical configuration.

Keywords: Identity; memory; patrimony (i) material; *monumentum*.

Resumo: Este texto será expoente de algumas pontuações sobre o processo de guarda dos “testemunhos” culturais da humanidade, considerando o complexo sistema de representações que fornecem significado (i)material a esses patrimônios que – por sua monumentalidade – são capazes de evocar o passado, (re)significando-o ‘a cada leitura humana’. O patrimônio cultural, assim, associado à memória e por vezes alicerçado na matéria, será o elemento norteador desta pauta, construída no seio de um momento histórico de profundas transformações ‘conceptivas’, em particular, na acepção de patrimônio cultural e a sua natureza (i) materialidade - guardiã cultural tangível e intangível da identidade e memória dos povos – que ampara os registros das relações tecidas entre os seres humanos enquanto produtores/portadores de signos sociais. Por essa via, então, são utilizados referenciais teórico-científicos que dimensionam as considerações textuais à luz de reflexões antropológicas e arqueológicas, para que seja vislumbrado o patrimônio, e sua monumentalidade, pela legitimação reflexiva de sua configuração sócio-histórica.

Palavras-Chave: Identidade, memória, patrimônio (i)material¹, *monumentum*².

1. Considerações Iniciais

A existência dos seres vivos no nosso planeta, em termos relativos, tem curta duração. E essa afirmação é válida mesmo quando se consideram alguns exemplares de longa vida da fauna ou da flora, cuja aparência nos levaria a crer numa relativa eternidade. Em outras palavras, todos os seres vivos estão sujeitos a um fim. Ao expandir o pensamento e direcionar a percepção ao grande universo é possível realizar um movimento de compreensão de que nada é permanente.

¹ Neste texto, a fim de caracterizar o patrimônio, o termo (i)material – e suas derivações - neologicamente será considerado como uma palavra capaz de expressar as terminologias “material e imaterial” de modo sincrônico.

² “A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menimi*). O verbo significa ‘fazer recordar’, ‘de onde’, ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’.” (Le Goff, 1990, p. 535)

Essa acepção é um traço subjetivo da sociedade que pertencemos, pontuada desde Riegl, no início do século passado, quando este relativizava a visão absoluta da história, que também “se transforma em um ponto de vista, num modo de ver, sentir e avaliar de um tempo, capaz de, portanto, decidir quem o recebe: guarda-lo, deixa-lo, degradar-se, usá-lo, restaurá-lo – é a motivação de todo o seu texto” (Choay *apud* Riegl, 2006, p. 32).

O ciclo da vida baseado no fim de tudo é uma das fortes razões para explicar a intenção e a compreensão de que guardar objetos, por exemplo, possa significar a perenidade de que é temporário – quase como dizer: “já que irei, algo ficará”.

A explicação interpretativa concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para seus “proprietários” [...] é um sistemático desfazer de malas no mundo conceitual. [...] Representam esforços para formular conceitos que expliquem como este ou aquele povo. [...] A investigação é orientada para casos, ou grupos de casos, e para os traços particulares que os distinguem uns dos outros; seus objetivos, porém, são tão amplos como os da mecânica ou da fisiologia: *identificar com que materiais é feita a experiência humana.* (Geertz, 1997, p. 37)

Então, a expressão material dos desejos dos indivíduos tende a ser constantemente remetida ao tônus da grandeza “monumental”, pelas próprias atividades exercidas pelo homem que “busca a imortalidade ao ser fazer matéria na lembrança de outros homens”: a missão dos bens humanos é, legitimamente, se fazerem elementos comprovadores de que a memória³ da sociedade se alicerça na (i)materialidade do *monumentum*.

O *monumentum* é o sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar as recordações, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *Monumenta Hujus Ordinis* (Philippical, XIV, 41), designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do Senado [...] O *monumentum* tem como característica a liga-se ao poder da perpetuação (é o legado à memória coletiva) e o reenviar à testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (Le Goff, 1990, p. 535)

Assim, o apego material ou ‘culto ao monumento’, legado do capital, tanto em nível individual como coletivo⁴, é justificado pela razão de salvaguardar a memória. Então, a ação de coletar e de preservar monumentos⁵ - patrimônios materiais e imateriais⁶ - que são o produto de atos ou manifestações notoriamente humanas, são questões que têm ocupado, com

³ Sobre memória, ver em *A Memória Coletiva* (Halbwachs, 2006), considerações sobre a memória individual e a memória coletiva (pp.29-70) e *Memória e Sociedade* (Bosi, 2006), no qual a autora explora os estudos de Bergson e Halbwachs sobre tal temática.

⁴ Sobre indivíduo e coletividade ver, por exemplo, ver Dumont (1985).

⁵ A Política Patrimonial Brasileira foi historicamente descrita por Lima Filho (2006, pp.23-24), que destaca os Decretos nº 25, de 1937, e nº3.551, de 2000, a Lei nº 3. 924, de 1961, além das Constituições de 1934, 1937,1946, e 1988, como instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural brasileiro material e imaterial.

⁶ Sobre o patrimônio material e imaterial, ver além da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 - que garante em seu Artigo 24 a “proteção do patrimônio (material) histórico, artístico, turístico e paisagístico” -, o Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 – que “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”. (Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio, 2006).

destaque, o centro de discussões acerca dos patrimônios culturais e dos monumentos que os integram, por sua “ambígua natureza”, e por estarem associados às experiências preservacionistas, em particular, a de caráter histórico-arquitetônicas, sócio-antropológicas e arqueológicas.

Por isso, meditar sobre o “culto moderno dos monumentos” em nossa sociedade globalizada, implica em resgatar a teoria de Riegl acerca da dimensão singular dos monumentos – em especial o histórico -, “como o cortejo de instituições e pessoas que ele celebra, com seus ritos e seus mitos” (Choay *apud* Riegl, 2006, p. 15), já que o valor de contemporaneidade é ancorado na historicidade.

O patrimônio, ou o “monumento” riegliano (2006, p. 43) - “que é obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar, presente e viva na consciência de gerações futuras, a lembranças de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos)”. Por este prima, então, vale considerar a reflexão de Barros (*apud* Pyburn; Bezerra, 2006, p. 184), para considerar o gerenciamento do patrimônio cultural arqueológico enquanto suporte do “patrimônio do outro” e, por isso, tal “situação demanda e, ao mesmo tempo, provoca um ‘estado constante de alerta’ ideal para o exame e para a compreensão da intrincada rede de relações existentes entre nós arqueólogos e o público”.

Portanto, o binômio Antropologia-Arqueologia norteia as premissas de preservação, pois este é capaz de vislumbrar na configuração monumental do patrimônio cultural uma latente relevância bipolar, tendo em vista que a ressonância - inerente ao “material de expressão” ao qual este se encontra associado – emerge de produtos culturais (i)materializados no espaço social .

Em uma cidade, por exemplo, os elementos que compõem a paisagem são referenciais da história de seus habitantes como membros daquela comunidade. Incluem-se, na paisagem as edificações, os cemitérios, os monumentos, o ambiente, as praças, os jardins, enfim, as imagens urbanas que habitam o seu espaço (Azevedo; Knauss *apud* Almeida, 2003, p. 281). Os *sítios arqueológicos*, assim como os *objetos arqueológicos*, fazem parte desses referenciais por duas vias: primeiro, remetem-se ao passado e são, portanto, parte da história, da memória daquela comunidade; segundo, porque, embora remontem ao passado, eles estão presentes no presente. Eles fazem parte não da paisagem antiga, mas da paisagem atual. É pelos vestígios, pelas ruínas, que os indivíduos elaboram suas representações do passado. Esses elementos materiais que se perpetuam na paisagem não são, em si, a memória, mas a sua fonte; são a base material para a construção do imaginário histórico. (Jeudy *apud* Almeida, 2003, p. 281)

Segundo Azevedo (*apud* Almeida, 2003, p. 280) - que considera o “espaço público como arena onde a memória se constrói” -, a “matéria-prima” para a (re)construção do passado é de domínio público, “onde os indivíduos tecem suas redes de significado com símbolos a sua volta e constroem histórias e seus referenciais”. E, portanto, é na materialidade patrimonial⁷, inicialmente, que a expressão humana evidencia seus moldes culturais⁸,

⁷ Ver *A Alegoria do Patrimônio* (Choay, 2001) pois serão capitulares temas como “a invenção do patrimônio urbano e a figura memorial/histórica” e “o patrimônio histórico na era da indústria cultural”.

⁸ Sobre cultura, ver *A Interpretação das Culturas* (Geertz, 1989) e *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais* (Cuche, 2002).

embutindo na matéria grande parte dos referenciais histórico-sócio-culturais das sociedades que configuram a identidade cultural⁹ e a memória de um povo.

Assim, o objeto tem em si embutida a significação de todas as representações¹⁰ inerentes ao homem e sua história, uma vez que ele é uma das vias pelas quais se materializa o que outrora se instaurava na imaterialidade do imaginário¹¹ individual e/ou coletivo.

Contudo, apesar da materialidade ser sempre um esconderijo de universos subjetivos, a imaterialidade cultural ganha, na atualidade, ênfase no âmbito de discussões sobre o homem e a simbologia implícita nas representações a ele atribuídas, uma vez que a identidade e a memória dos indivíduos, por vezes, transcendem o visível e mensurável, para abrigar-se no seio intangível das sociedades: toda a relevância a ser atribuída a quaisquer produções humanas, no tocante das discussões patrimoniais, tornou-se uma arena para ações reflexivas.

3. Patrimônio arqueológico e a união entre “mundo dos homens” e “mundo das coisas”

Em um contexto de exposições reflexivas sobre o “mundo dos homens” e, por que não, um “mundo das coisas”, a Arqueologia tem seu lugar de direito resguardado enquanto a ciência que busca no passado tangível da humanidade a própria “matéria” representativa do homem, pela investigação do revestimento simbólico da mesma. Segundo Lerói-Gourhan (1965, p.121), em seus estudos sobre “os símbolos da sociedade”, o “homem só é homem na medida em que está entre outros homens e revestido dos símbolos representativos da sua razão de ser”.

Então, esta aí a essência do trabalho arqueológico: na missão, que lhe foi atribuída enquanto ciência, de (re)significar a existência humana por meio da salvaguarda de suas expressões materiais. E, todavia, a patrimonialização do produto ascende no tempo e espaço sociais como forma de demonstração das representações, significativas da espécie humana, enquanto seres *homo sapiens* e *homo habilis*. A ação é simbólica, e a matéria vem a ser a encarnação das imagens edificadas pelos seres.

Nesse ponto, é considerável que se tome a noção de patrimônio arqueológico, conforme Morais (*apud* Almeida, 2006, p. 281), como a composição de “parte da heranças cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras”. Entende-se também, atualmente, que o patrimônio arqueológico seja entendido como uma matéria portadora de mais do que “uma referência ao passado”, sendo, de modo ambíguo, “uma referência do presente, porque é no presente que são estabelecidas as relações entre os indivíduos e o patrimônio; é no presente que os grupos sociais distintos elegem o seu patrimônio e é no presente que os órgãos públicos decidem o que é o patrimônio público”.

A Arqueologia, no entanto, por seu *espírito patrimonial*, tem em si arraigada a missão conservadora do patrimônio pretérito/presente uma vez que a materialização da memória oferece uma garantia real contra o esquecimento, já que as “coisas” - quando tangíveis - se constituem representações animadas, frutos daquele gesto criador ao qual o sujeito se prestou por uma necessidade expressiva.

Mas, há de se considerar, que cada tempo, cada povo, possui suas necessidades e, portanto, singular materialização social das “coisas” que serão fundamentos do seu “mundo”. Há homens semelhantes construindo sua história separadamente, como sempre houve. Assim,

⁹ Sobre identidade cultural, ver Hobsbawn e Ranger (2002, pp. 9-25), Cavalcanti (2001, pp.69-78) e Arantes (2001, pp.129-139).

¹⁰ Sobre representações, ver Bourdieu (2004, p.112), Jodelet (2001, pp. 17-44) e Moscovici (2001, pp.45-66).

¹¹ Ver *A mundialização da cultura* (Warnier, 2003) e *Culturas Híbridas* (Canclini, 2003).

a variedade histórico-cultural de sítios e/ou patrimônios arqueológicos entre si conotam que a humanidade escolhe *o como e o onde* se perpetuar, e o modo de registrar (in)voluntariamente a “marca”, como sujeito histórico.

Esse fato, com efeito, fundamenta a diversidade cultural da humanidade, resultado das escolhas que os homens fazem dos caminhos a seres percorridos. E, a Arqueologia, ciente disso, desenvolve – pelas ações arqueológicas –, normas para viabilizar a composição do passado, que é de todos, criando condições até mesmo para que quaisquer indivíduos, arqueólogos ou não, possam se inserir em contextos reflexivos sobre o papel dessa ciência na (re)constituição do pretérito/presente.

*A conservação patrimonial dá a certeza de uma ordem do mundo e de uma organização do sentido. [...] a melhor testemunha desse fato é o “tesouro vivo”, aquele cuja totalidade do corpo nunca deixa de representar como tópico de transmissão de um *savor-faire*; um corpo maquinal. O conjunto de seus gestos precisos, repetidos, tornados visíveis para um público suscetível de se emocionar e se admirar, confere-lhe a majestade e o torna quase atemporal. O homem é a engrenagem mágica dentro da herança cultural de uma sociedade. (Jeudy, 2005, p. 17).*

Nesse sentido, Viana, Mello e Barbosa ressaltam, ao discutirem a educação patrimonial, que o campo da arqueologia passou por mudanças drásticas nas últimas três décadas, aumentando, assim, a ênfase nas responsabilidades para com o público e os próprios recursos, pois “começa-se a perceber que a proteção dos sítios requer um envolvimento da sociedade, que deve também usufruir da pesquisa arqueológica” (2004, p. 59).

O “mundo dos homens”, inevitavelmente, tem influência sobre os das “coisas”, pautadas em práticas cotidianas, que se eternizam pelo anseio humano de manifestar-se, consolidando práticas e construindo símbolos. A Arqueologia expande, com a modernidade, os seus interesses e seus métodos, em particular, como forma de manter o seu contato sempre latente com aquilo que perpetuou o fazer humano. Isso se legitima nos últimos tempos, quando novos interesses expandiram-se no campo da arqueologia:

Novos métodos e novas técnicas passaram a ser discutidos para análise de cerâmica, de lítico, de restos faunísticos; abordagens como etno-história, etnoarqueologia, geoarqueologia, arqueologia da paisagem foram experimentadas [...] multiplicando-se estudos de arqueologia histórica brasileira e, na USP, se estruturou um representativo núcleo de arqueologia mediterrânea. A *arqueologia de salvamento* já é praticada por alguns arqueólogos e, junto com ela, a divulgação institucionalizada sob forma de museus e parques, entre os quais se destaca o da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI). A comunidade passou a interagir mais intensamente com reuniões bianuais da sociedade de Arqueologia Brasileira, embora em muitas coisas não houvesse consenso. (Shmitz, 2003, p.267)

Isso demonstra que as condições de vida impostas pela modernidade, em que o homem dispõe de grande parte de sua vida para o trabalho, acrescido do tempo gasto a circulação nas grandes cidades, tem gerado no homem uma crescente necessidade de reformular ações profissionais.

É necessário, por fim, reconhecer, que a preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, não caracteriza um entrave ao desenvolvimento, uma vez que é possível estabelecer parâmetros, para intervenções científicas nos territórios humanos – especialmente

os inseridos no tecido urbano-, materializados por edificações, e contemplados legalmente por leis de proteção da cultura material e imaterial dos indivíduos.

4. Identidade e memória no compasso da ‘contemporaneidade’

O patrimônio associado à identidade e a memória dos povos vêm-se transformando, nos últimos anos, em foco privilegiado de atenção, seja das ciências biológicas ou humanas, uma vez que apresenta – em especial no âmbito das ciências humanas - questões cruciais: amnésia social e a apropriação da memória alheia, por exemplo.

O *patrimônio* se destaca dos demais lugares da *memória* uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mãos que testemunho passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade. O patrimônio não é, porém, uma representação de todos [...] agindo como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais. (Rodrigues, 2003, p. 195)

Por esse prisma, vale considerar ainda que, segundo Tamaso (2002, p.11), as políticas patrimoniais enfrentam uma situação conflituosa devido, particularmente, a relação estabelecida entre os grupos envolvidos em tais políticas, pois há “antagonismos inerentes à própria concepção de patrimônio histórico como um bem coletivo situado numa sociedade fundamentada no direito romano; portanto, privilegiadora do direito à propriedade privada”.

E, por isso, a memória, que se faz enquanto prática representativa do patrimônio como bem coletivo, está viva e atuante entre nós, enfrentando “a ausência de consenso sobre passado e história”, e tendo, portanto, seu *status* extremamente problemático, já que é suporte de processos identitários que são alicerçados, algumas vezes, simbolicamente pela cultura material – os objetos -, refletida sobre o prisma da posse e do privativo ou por sua ressonância¹² e representação social¹³.

Atualmente, o traço moderno da sociedade remete-nos a análises pautadas nos processos identitários calcados no valor da rememoração, que:

[...] não é mais, de um ponto de vista geral, que um aspecto da emancipação do indivíduo, traço dominante da época moderna. Essa transformação é caracterizada pelo desejo sempre crescente de apreender toda a experiência

¹² “Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.” (Greenblatt *apud* Gonçalves, 2005, p.20)

¹³ “As representações sociais são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos.” (Durkheim *apud* Mello, 2006, p. 21)

física ou psíquica não em sua essência objetiva, mas sob sua forma subjetiva (tanto em sensibilidade quanto consciência). Essa mudança exprime-se claramente na evolução do valor de rememoração, da forma como traçamos, na medida em que o valor histórico concerne ainda ao evento singular, que se apresenta, por assim dizer, objetivamente ao observador; em contrapartida, o valor da antiguidade, abstrai, em princípio e totalmente, o fato singular e a sua localização e aprecia somente o efeito subjetivo e afetivo do monumento. (Riegl, 2006, p. 59)

Deve-se considerar, no entanto, como primordial nesse contexto a relevância de termos como “resgate”, “recuperação” e “preservação”, visto que a “indústria do patrimônio cultural” vivencia seu frenético ritmo moderno, com a “coisa” que se materializa como um instrumento limitado a remeter “algo a alguém”. Na verdade, o que se evidencia é a necessidade de elevação da significância de uma “memória que impregna e restitui ‘a alma das coisas’ [...] e (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura do grupo social, remete à elasticidade da memória” (Abreu; Lima Filho, 2005, p.3).

Daí a necessidade de se preocupar com o corpo, a natureza física do objeto, instrumento de manutenção do que é tido como imensurável por ter relações invisíveis, mas fundamentais, com a memória social. Afinal, como explica Sahlins, “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem” (2003, p.170).

É evidente que o êxtase da descoberta dos segredos passados foi substituído pela curiosidade do “aqui e agora”, advinda da rapidez com que ocorrem as práticas humanas e do descaso pela visão massificada que se faz da experiência cotidiana. A solução seria, então, “visitar o passado” – fetichizado¹⁴ e congelado - aprisionado no presente de maneira “descontextualizada” e/ou estagnada, incapaz de instigar, interagir ou propor, ao contrário do que mitologicamente fez a Esfinge: “decifra-me ou te devoro!”.

Então, como interpretar os acervos das instituições museológicas que mostram expropriação de cidades, populações, de patrimônios nacionais, regionais que legitimamente deveriam retomar as suas origens? Muitos desses objetos que formam os acervos em questão são verdadeiros troféus de guerra, de ocupação de territórios pela força, ora militar, ora econômica. Fica nesses exemplos o museu apenas enquanto um depósito de espólio dos guerreiros vitoriosos na ocupação do mundo inculto. (Lody, 2005, p.28)

Jeudy ressalta, por sua abordagem, o que a expressão cultural possui agora mais adjetivos que outrora, isso pode garantir a proximidade ou o distanciamento do exercício crítico e da abstração. A eliminação, contudo, da certa ambigüidade que margeia os patrimônios culturais pode colocar em risco “o seu poder de ressonância”.

¹⁴ “Para designar a aberração dos negros da costa da Guiné e para *dissimular* o mal-entendido, os portugueses (muito católicos, exploradores, conquistadores, até mesmo mercadores de escravos), teriam utilizado o adjetivo *feitico*, originário de *feito*, particípio passado para o verbo fazer, forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, factício e, por fim, fascinado, encantado.” (Latour, 2002, p. 16) Assim, atualmente, “lê-se no dicionário Aurélio de português as seguintes definições de *feitico*: 1. artificial, falso. 2. feito, configuração. 3. *fetich*, objeto animado ou inanimado feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta ao culto, ídolo”. (Latour, 2002, p. 16)

Vale salientar, por conseguinte, que a renovação de perspectivas rege o “aqui e agora”, e usá-la em favor da preservação, em especial do que é considerado memorável, inclui o estreitamento entre o produzir e o resguardar o conhecimento, sejam quais forem os seus suportes, pois a identidade e a memória – (i)materializadas – continuarão arraigadas nas ações humanas, configurando o patrimonial cultural que será a herança das sociedades e a referência do passado/presente.

Por outro lado, a preservação dos valores culturais e ambientes caracteriza-se, crescentemente, como uma tendência da atualidade. A valorização das coisas locais, mesmo na era da globalização econômica e informacional, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantam às pessoas a referência do seu lugar.

O governo das cidades defronta-se com os desafios da economia sustentada, com o resgate da identidade local e com a necessidade de promoção do desenvolvimento. Em resposta a este cenário, novas articulações entre governo e sociedade organizada aproximam pólos de poder opostos em ações estratégicas. (Fisher *apud* Simão, 2006, p.19)

O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, na virada do milênio, a ser valorizados. Começa-se a sentir, novamente, necessidade de entender o passado como um processo contínuo de fruição, em contraste ao pensamento iluminista, base da cultura há dois séculos, que desvincula o passado e vislumbra o futuro sob o ideal da modernidade.

No Brasil, é crescente na sociedade a valorização e o entendimento do referencial do passado e da importância da preservação do patrimônio cultural ainda existente. A política preservacionista brasileira data do início desse século, quando foi garantido ao Estado o poder de intervenção sobre, principalmente, o patrimônio edificado. A saga da valorização do patrimônio brasileiro inicia-se com intelectuais modernistas, oriundos do movimento denominado “Semana de 22”, que encontram no país colonial as nossas raízes sócio-culturais, o nosso lastro de identidade nacional. Surge, aí, um movimento pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional¹⁵, estabelecidas as legislações pertinentes e promovidos tombamentos diversos.

Ressalte-se, com ênfase, que o assunto tem retornado à tona dos interesses políticos, culturais e sociais, sob óticas diferenciadas, resultando em ações diversas e, muitas vezes, contraditórias, revestindo-se de nova roupagem e integrando-se ao rol das preocupações emergentes do terceiro milênio. Dourado (1989, p. 70) conclui, analisando o processo de esquecimento e de continuidade da memória, que:

Não é estranho, pois, pensar que a mesma memória cultural que gestou a modernidade tenha ela própria nutrido as primeiras experiências no campo da preservação dos monumentos históricos. De fato, só pode ser preservado aquilo que foi previamente esquecido. A institucionalidade da preservação do patrimônio cultural, tal como é sentida pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha.

¹⁵ “O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (MEC/SPHAN/FNDM, 1980, p. 111)

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, atualmente, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre preservação cultural e compreendê-la implica em desvendar não somente as características culturais mas, sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos, possuidores de acervos culturais (i)materializados.

5. Considerações finais

O cenário mundial sofre significativas transformações envolvendo aspectos de dimensões tecnológicas, geopolíticas, informacionais e sociais, que se relacionam de maneira dinâmica, e o patrimônio cultural não esteve imune ao novo contexto, principalmente por sua materialidade e dos objetos que ele encerra: “muitos desses objetos podem ser entendidos como ‘patrimônio’, pela sua ressonância junto a grande parte da população brasileira, na medida em que realizam mediações importantes entre o passado e o presente”, como explica Gonçalves (2005, p.22).

Por isso os estudos patrimoniais têm sido objeto cada vez mais freqüente de demanda especializada, não só com relação às pesquisas sobre objetos e edificações, mas também com relação aos arquivos históricos de documentos e materiais iconográficos – gravuras, desenhos, mapas e fotografias -, e quaisquer outras matérias que associem memória e patrimônio.

Por isso, a exploração da cultura material por meio de tentativas de contextualização – em exposições museológicas, por exemplo – por mais generosas que sejam seus intentos, não deve restringir-se somente a reprodução de cenários, contextos de mera aparência, para disseminação do coletivo/privado em desconsiderando a natureza popular da memória.

Tais premissas devem se estender ao processo de tombamento, uma vez que o objeto ao compor a “poética social”, designa a representatividade simbólica das ações sociais. Assim, a memória, além de contemplada, será foco de discussão, análise, como forma de direcionar a apreensão histórica, humana, social do patrimônio. Deve-se tornar, então, o conhecimento uma operação, nas atividades associadas à Arqueologia ou quaisquer outras ciências, evitando sua cristalização em contextos empíricos de nomeação do que tende, geralmente, a representar a “todos de um grupo”.

O caráter histórico-documental do patrimônio, por sua vez, necessita de complementações atuais, conferindo ao mesmo toda a amplitude semântica que lhe é de direito a fim de se reorganizarem reflexões, por meio do diálogo com a coletividade, com o que é público *ator/agente* social.

6. Referências Bibliográficas

ARANTES, Antônio A. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.147, out-dez/2001.

ALMEIDA, Márcia Bezerra. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. In: **Revista Habitus**, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/IGPA, v.1, n.2, p.275-295, jul./dez., 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha. As transformações da relação museu e público sob a influência das tecnologias da informação. In: BITTENCOURT, José Neves; CHARGAS, Mário (Orgs.) **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. V. 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.147, out-dez/2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

COLETÂNEA. **Leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DOURADO, Orlando. “**Para sempre, memória**”. Revista Rua, Salvador, v.2, n.3, jan. 1989, p.65-74.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. V. 23 Patrimônio Cultural. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Orgs). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp. 17-44.

LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Tradução de Sandra Moreira. Bauru: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEROI-GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra 2 – memória e ritmos*. Lisboa: Perspectivas do homem/Edições 70, 1965.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Flávio Leonel. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma das coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**. V. 23 Patrimônio Cultural. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Maria (Orgs). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006.

LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro – construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MELLO, Márcia Metran. **Goiânia: cidade de pedras e palavras**. Goiânia: UFG, 2006.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. **Arqueologia de salvamento no Brasil: uma avaliação crítica**. (Artigo Científico). São Paulo: USP, (sem referência de ano), p. 1-19.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Orgs). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PYBURN, Anne.; BEZERRA, Márcia. Arqueologia pública em *5 tempi*: reflexões sobre o workshop “Gerenciamento do Patrimônio Cultural – Arqueologia”, em Goiânia, Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia. **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 183-190.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: UCG, 2006.

RODRIGUES, Marli. De quem é o patrimônio? In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN**. p. 195-203, jul./dez., 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia no Brasil**. In: **Revista Habitus**, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/IGPA, v.1, n.2, p.261-273, jul./dez., 2003.

SAHLINS, Marshal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TAMASO, Izabela. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. In: **Anuário Antropológico/98**. Rio de Janeiro, 2002, p. 11-49.

VIANA, Sibebe Aparecida; MELLO, Paulo Jobim. O. Sítio arqueológico Vale dos Sonhos: educação patrimonial em contexto urbano. In: **Revista Habitus**, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/IGPA, v.2, n.1, p.51-71, jan./jun., 2004.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2003.

Abstract

The current text is exponent of some aspects about the saving process of the cultural humanity “testimonials”, considering the complex representation system which supplies (un)material for these patrimonies which – by its monumentality – are capable of evocate the past (re)significate ‘at each human understanding’. The cultural patrimony linked to memory and for many times hosted in material structure will be the conductor element of this guideline, built in the core of a historic monument of profound ‘conceptive’ transformations in private, in the cultural patrimony conceptions and its nature (un)materiality – touchable and untouchable cultural keeper of the identity and people’s memory – which supports the developed registers between the human being while producers/keepers of social symbols. Due this path, theoretic-scientific references has been used to resize the textual considerations about the anthropological and archaeological reflections, to glimpse the patrimony and its monumentally, for the reflexive legitimating of its social-historic configuration.

Key-words: Identity, memory, (un)material patrimony, *monumentum*